

## VULTOS DA GEOGRAFIA DO BRASIL

## JAIME CORTESÃO

Surpreendente, a individualidade seu tanto quixotesca de JAIME CORTESÃO, que, por um dos rasgos de heroísmo caritativo, quase perdeu a vida na trincheira, a que o levou o seu ardor patriótico.

Nascera em Ancã (Cantanhede) distrito de Coimbra, cuja Universidade o diplomou em medicina.

Contaria três decênios de vida, pois nascera a 29 de abril de 1884, quando a primeira guerra lhe despertou a energia combativa. Voluntário, agregou-se à unidade portuguesa, que enfrentou a investida alemã, em combates encarniçados, que o emprêgo de substâncias químicas engravesca.

Protegeu-se convenientemente, por ser médico, mas ao cuidar de um combatente, que não resistiria se continuasse a respirar o ar deletério, não titubeou em privar-se da própria máscara, com a qual o socorreu. Cedendo ao ferido o aparelho defensivo, expôs-se à contaminação por gases tóxicos, que lhe causaram temporária cegueira, além de lhe danificarem os pulmões.

Após demorada convalescença, a direção da Biblioteca Nacional de Lisboa, exercida de 1919 a 1927, acentuou-lhe a vocação de historiador, a que se consagraria daí por diante.

Alternadamente, cumpria o mandato de deputado à Assembléa, onde se declarou contrário ao regime ditatório, que não lhe permitiu continuasse a adversá-lo no país.

Exilado, percorreu a França, Bélgica, Inglaterra e a Espanha, cujos arquivos frequentou assiduamente.

Final veio ter ao Brasil, onde desenvolveu a fase mais fecunda da sua existência, à semelhança do que anteriormente ocorrera com outros patricios seus.

O caso mais próximo se continuasse a respirar o ar deletério, não titubeou em privar-se da própria máscara, com a qual o socorreu. Cedendo ao ferido o aparelho defensivo, expôs-se à contaminação por gases tóxicos, que lhe causaram temporária cegueira, além de lhe danificarem os pulmões.

Romancista de credenciais que lhe atestavam os méritos, encontrou no Brasil apoio eficaz para a expansão das suas aptidões literárias.

Maior iniciativa, porém, promoveu, ao coordenar elementos para compor a monumental "História da Colonização Portuguesa no Brasil", em três volumes, que bastaria para lhe granjear os aplausos dos sabedores.

Autor de mais de um capítulo, incumbia-se também de obter a cooperação de especialistas, conforme o plano ideado, cuja execução esmerada constituiu o número mais impressionante da contribuição lusitana para a comemoração do centenário da independência do Brasil.

O próprio presidente ANTÔNIO JOSÉ DE ALMEIDA, de Portugal, para imprimir mais realce ao gesto de cordialidade, compareceu à cerimônia no Rio de Janeiro, onde não lhe faltaram carinhosas homenagens, extensivas à sua comitiva, de que fazia parte JAIME CORTESÃO, como delegado cultural.

Dessa época, é o seu ensaio a respeito de "A Expedição de Cabral", estampado na referida obra. De sorte que, ao tornar ao ambiente carioca, por volta de 1940, em circunstâncias diferentes, o proscrito verificaria que não fora esquecido o acolhimento desfrutado pelo situacionista de 1922.

Aliás, empolgado por assuntos luso-brasileiros, a cujo estudo consagrou sua peregrina inteligência, elaborara, além de outros, os ensaios "Colonização do Brasil" — "Influência dos Descobrimientos dos Portugueses na História da Civilização" — "A Integração Territorial do Brasil" — para a "História de Portugal", ideada e dirigida pelo professor DAMIÃO PERES, e a "Expansão Territorial e Povoamento do Brasil" e "Relações entre a Geografia e a História do Brasil", destinadas à "História da Expansão Portuguesa no Mundo".

E para demonstrar que sabia corresponder à delicadeza das novas condições, em que se achava, editou, em 1943, a "Carta de Pêro Vaz de Caminha", diploma inicial da História do Brasil, que manuseara anteriormente. E, pelo consenso dos sabedores, a certidão de batismo da suposta ilha de que se apossou PEDRO ÁLVARES CABRAL, em nome do rei de Portugal. Documento insubstituível, redigido à vista da terra maravilhosa, que deslumbrou os navegantes, contém dificuldades de interpretação, que desafiavam a argúcia dos paleógrafos.

Para aumentar as divergências, a que daria causa, a famosa carta manteve-se oculta, depois de lida por D. MANUEL, que substituiu o primeiro topônimo — Vera Cruz — pelo registrado em sua comunicação, de 28 de agosto de 1501, aos Reis Católicos, a quem informou que a "armada, comandada por PEDRO ÁLVARES CABRAL chegou a uma terra que novamente descobriu a que pôs o nome de Santa Cruz".

Antes que prevalecesse o terceiro — Brasil — primeiramente na linguagem popular, antes do endosso oficial, arquivou-se cuidadosamente o papel, que se presumia perdido, quando, ao findar o século XVIII, foi encontrado entre os documentos do "Corpo Cronológico", do Arquivo da Torre de Tombo, por D. JUAN BATISTA MUÑOZ.

Só viria a lume, porém, e ainda assim com elisões, na "Corografia Brasílica", do padre MANUEL AIRES DA CUNHA, publicada no Rio de Janeiro, em 1817.

Começaram, então, os sabedores a analisá-la, a exemplo de HUMBOLDT, que a submeteu ao seu "examen critique".

Inúmeros estudos e edições mostraram o interesse dos americanistas pelo diploma, a que também Cortesão aplicou a sua perspicácia interpretativa.

Era como se pretendesse atualizar o deslumbramento de CAMINHA diante da terra dadivosa, que também lhe despertava o entusiasmo, expresso, ainda, em "Cabral e as Origens do Brasil".

Maiores revelações, todavia, resultaram das suas atividades à sombra do Itamarati, no Instituto Rio Branco, mercê de contrato vantajoso para ambas as partes.

Professor de "História da Cartografia no Brasil" e "História da Formação Territorial do Brasil", desde 1944, aí se lhe deparou ambiente propício às manifestações da sua cultura histórica, embebida de humanismo.

Notando a carência de documentação impressa referente às origens do Tratado de Madri, cuidou, para atenuá-la, de fazer buscar e copiar por sua conta a numerosa correspondência sobre as negociações do Tratado, que se encontrava dispersa em arquivos, de Lisboa, seus conhecidos. Estribado nessas informações, desenvolveu o tema por oito lições, que atraíram a atenção dos dirigentes do Instituto.

Daí se causou a incumbência, que lhe foi cometida, de organizar e dirigir obra comemorativa da famosa negociação entre os dois governos peninsulares, cujo bicentário se aproximava. Foi a feliz oportunidade, que o beneficiou, aproveitada com penetrante sagacidade e fervor crescente. A propósito dos entendimentos diplomáticos ultimados em Madri, assinalara o barão do RIO BRANCO: "O verdadeiro negociador do Tratado foi o ilustre patricio paulista ALEXANDRE DE GUSMÃO, embora o seu nome não figure nesse documento".

Era afirmativa, repetida por quantos se referissem ao preclaro santista, que iluminou a fase final do reinado de D. JOÃO V, quando lhe atribuísem a primazia na elaboração do Tratado de Limites de 13 de janeiro de 1750, que substituiu os convênios anteriores, desde o caduco de Tordesilhas.

Raros, porém, teriam tido ensejo de manusear as provas, arquivadas em Portugal e na Espanha, das quais se valeu JAIME CORTESÃO para organizar a série denominada "Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri".

A medida que mergulhava nas pesquisas, mais lhe abrasava o anseio de desvendar os ségredos guardados nas peças esclarecedoras, que leu "com o interesse de quem assiste a um drama", consoante acentuou ao prefaciá-lo o tomo I.

Como abrangessem assuntos vários, embora correlacionados entre si, distribuiu-os por quatro partes, cada qual desenvolvida em dois tomos:

I — Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri — I (1695-1735) e II — (1735-1753)

II — Obras várias, de Alexandre de Gusmão e a biografia

III — Antecedentes do Tratado

IV — Negociações

E com os documentos em mão, cuja cópia autêntica a sua incumbência oficial facilitava, teve ensejo de retificar versões errôneas ou tendenciosas, que imputavam papel de realce a personagens da Côte, desvirtuando-lhes a verdadeira contribuição, rompente dos depoimentos arquivados.

Primeiramente, a rainha BÁRBARA DE BRAGANÇA, filha de D. JOÃO V de Portugal, casada com FERNANDO VI da Espanha, apontada pelos acusadores como principal cooperadora, mercê da influência que exercia no ânimo irresoluto do esposo, a quem, aliás, se atribui a assertiva: "que não quisera ser governado pela França, e que não queria ser por Portugal". Apesar do primado do seu espírito, cultivado com apuro, sabia discretamente silenciar, para que pudessem atuar com desembaraço os verdadeiros plenipotenciários.

Menos procede a suspeita de interferência de "intrigas maquiavélicas da diplomacia inglesa", que não teve oportunidade de conhecer as Lases do ajuste, antes da sua conclusão. Nem se verificaram "turvos propósitos de extermínio da Companhia de Jesus", que só dellagrariam mais tarde, na gestão pombalina.

Há, sem dúvida, entre os adversários do Tratado, quem o tenha considerado fruto da "incapacidade ou infidelidade de D. JOSÉ DE CARVAJAL", apesar do "patriotismo impotente do marquês DE LA ENSENADA".

Contrariando julgamentos desarrazoados, Cortesão invalida o libelo, para lhe contestar as conclusões.

Em seu parecer, amparado na documentação existente, D. JOSÉ DE CARVAJAL Y LANCASTER revelou-se "homem de personalidade vigorosa, que chegou a opor-se, com elevada consciência de interesses castelhanos, a ordens reais expressas".

E frisa: "a história terá de inverter os seus juízos com enaltecimento a D. JOSÉ DE CARVAJAL e diminuição do ministro seu émulo, o marquês DE LA ENSENADA, que denunciou, com duplicidade, o Tratado ao rei de Nápoles, e futuro rei da Espanha, CARLOS III".

Quanto ao estadista brasileiro, que primeiro traçou as fronteiras do Brasil com a parte restante do continente, qualificou-o de "ciclope que ergueu e sopesou o mundo. O homem de ciência que, durante quinze anos, estudou o problema sob todos os seus aspectos: geográfico e geopolítico, econômico, etnográfico, jurídico e diplomático".

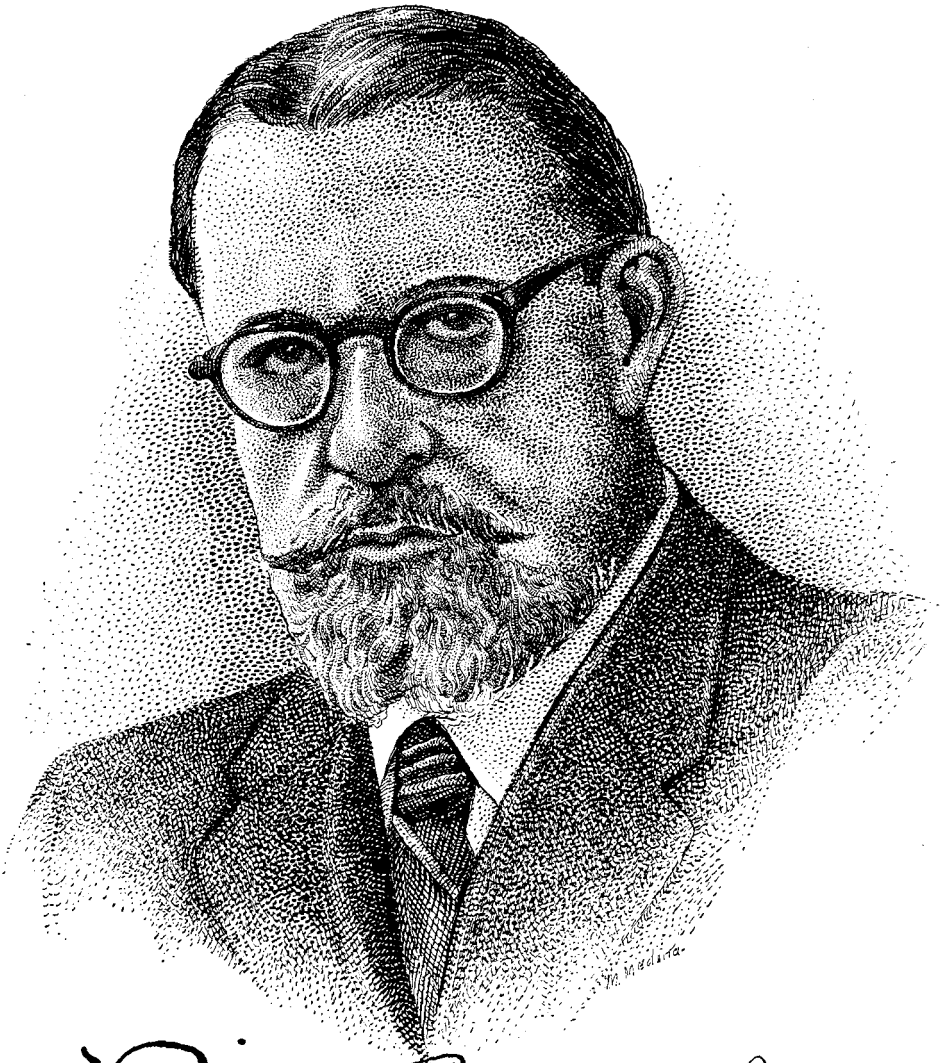
Obreiro diligente da pacificação, D. TOMÁS DA SILVA TELES, visconde de VILA NOVA DE CERVEIRA, representava Portugal em Madri, onde lhe agradou a nomeação de D. JOSÉ, único homem que em Espanha tem inteiro conhecimento das Índias, por ter sido governador daquele Conselho".

Em Lisboa, falecido o cardeal DA MOTA, por outubro de 1747, coube a ALEXANDRE DE GUSMÃO, secretário particular de El-Rei, ocupar-se da correspondência que iria imprimir novos rumos à política dos governos peninsulares.

Com as responsabilidades de secretário de Estado, entretanto, figuraria MARCO ANTONIO DE AZEVEDO COUTINHO, que, além das cartas de sua própria redação, assinava as minutadas por GUSMÃO.

Em janeiro, a ascensão de CARVAJAL, ao Ministério propicia ensejo para as primeiras sondagens, em que se declara "um espanhol que olhava só para os interesses da Espanha, sem atender nem ao tempo, nem à conjuntura presente".

No tocante às lindeiras, "era de parecer que, regulando-se pela linha de divisão, cada uma conservasse o que possuía".



*Dimas Cortez*

---

Tal declaração, proferida sem ênfase, no decorrer da primeira conferência a respeito, continha o germe da doutrina do *uti possidetis*, que Portugal alçaria às mais altas conseqüências, com espanto do governo de Madrid, quando a viu formulada judiciosamente e aplicada com destemor.

O ministro modifica, então, a sua opinião, para se amparar no Tratado de Tordesilhas, que a neutralizaria. Mas lealmente compreende a argumentação adversa, remetada com a carta de Lisboa, de 22 de novembro de 1748, que o deixou "aturdido com a vastidão do projeto dos confins", constante da minuta de acôrdo elaborada por GUSMÃO, em 19 artigos. E para desfazer a indecisão contrária, preparou a 9 de fevereiro o desenho correspondente, que habilitaria os negociadores a avaliar o que iriam decidir. Daí resultaria o famoso "Mapa das Côrtes", baseado nas informações mais exatas possíveis da realidade, que patenteavam a configuração do território imenso, cuja delimitação urgia, para atenuar as causas mais freqüentes de fricção.

A troca da Colônia do Sacramento, cuja aquisição abrasava o patriotismo de CARVAJAL, pelas aldeias de Uruguai, em que se mantinha irredutível a sua negatividade, alongou as discussões até princípios de novembro de 1749.

Ao obter a aprovação real, CARVAJAL acrescentou mais de um artigo aos formulados por GUSMÃO, para a manutenção da harmonia na América Meridional, ainda quando "se chegasse a romper a guerra entre as duas coroas".

Outras alterações restringiram-se a emendas de redação, que não modificavam o conteúdo do plano orientado por dois propósitos fundamentais: "o primeiro e mais principal é que se assinalem os limites dos dois domínios, tomando por baliza as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem dêem ocasião a disputas, como são a origem, o curso dos rios e os montes mais notáveis".

O segundo, "que cada parte há de ficar com o que atualmente possui, à exceção das mútuas ccessões que em seu lugar se dirão, as quais se farão por conveniência comum, e para que os confins figurem quanto fôr possível menos sujeitos a controvérsias".

Esses dois princípios, que sublimaram as negociações, evidenciaram a boa-fé e espírito inovador dos responsáveis pelo Tratado de 13 de janeiro de 1750, garantindo-lhe a vitalidade, não obstante o colapso causado pela sua revogação nos governos imediatos, após o falecimento de D. JOÃO V.

E iriam frutificar em atos diplomáticos ulteriores, comprovando o descortino radioso de ALEXANDRE DE GUSMÃO, cuja benemerência ressalta das investigações penetrantes que lhe consagrou JAIME CORTESÃO, entelxadas em obra magistral.

Antes de terminá-las, coube-lhe ainda empreender outras, referentes a assuntos brasileiros. Anuindo a convite da Biblioteca Nacional, que os adquiriu, examinou os manuscritos da "Coleção de Angéllis" e começou-lhe a publicação por "Jesuítas e Bandeirantes no Guaira" (1951) — "Jesuítas e Bandeirantes no Itatim" (1952), e coordenou mais cinco, entregues aos prelos.

E para celebração grandiosa do IV centenário de sua fundação, confiou-lhe São Paulo a incumbência de preparar edificante "Exposição Histórica", referente a diversas fases da trajetória percorrida em quatro centúrias.

Embora se destinasse apenas à comemoração temporária, ao contrário das monografias que perduram em seus ensinamentos, o certame atestou, por um lado, a sua admirável cultura histórica e geográfica, e por outro, a capacidade organizadora, em que o auxiliou escolhido grupo de eruditos cooperadores.

De tais esforços resultou, entre outros êxitos, expor em São Paulo, à curiosidade de visitantes, o original da carta de PÊRO VAZ DE CAMINHA, escrita na alvorada auspiciosa do Brasil e também o Tratado de Tordesilhas, que lhe precedeu o descobrimento.

Devotado mais atentamente, por essa época, ao estudo dos fatos paulistas, não tardaram a aparecer as provas das pesquisas que promoveu com sagaz desvêlo, para levar à impressão:

"A Fundação de São Paulo, Capital Geográfica do Brasil" (1955). Sem tardança, vieram a lume "Paulicéia Lusitana Monumenta Histórica" (1956), e "Rapôso Tavares e a Formação Territorial do Brasil" (1958), em que interpretou a ousada peregrinação do bandeirante. Partiu de São Paulo, atravessou-lhe o território e o de Mato Grosso, a caminho dos Andes, que palmilhou por largas zonas, até ser impedida a sua avançada.

Retornou pelo Mamoré-Madeira, Amazonas-Belém, onde chegou, destigurado pelos sofrimentos, mas vitorioso em suas marchas arrojadas.

Comprazia-se CORTESÃO com evocar, em linguagem tersa, os vultos dos que deixaram assinalada a sua passagem por feitos memoráveis, em prol da pátria.

Fôssem estadistas, do porte de ALEXANDRE DE GUSMÃO, ou fôssem descobridores de terras, da classe dos nautas lusitanos e dos bandeirantes seus descendentes.

Nem se esquecia dos técnicos, por vêzes anônimos, de que tratou em seu "Curso de História da Cartografia", esplanado no Itamarati e em "Cartografia do Brasil em arquivos portugueses", conferência proferida no Instituto Histórico, a 14 de outubro de 1952.

Era assunto que lhe aprazia versar, como evidenciou ao acentuar as "Relações entre a Geografia e a História do Brasil".

Merceu, pela sua obra magistral, só interrompida a 14 de agosto de 1960, quando faleceu, em Lisboa, a inclusão do nome nesta galeria dos que assaz contribuíram para o engrandecimento da geografia do Brasil.

VIRGLIO CORRÊA FILHO